



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019

Campo Grande, MS, 31 de janeiro de 2020



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e contemplam os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. São complementadas pelas Notas Explicativas, cuja finalidade é facilitar a compreensão das informações pelo usuários.

A análise das Demonstrações Contábeis e consequentemente a elaboração das Notas Explicativas são realizadas pela Seção de Análise Contábil, unidade pertencente à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, integrante da Secretaria de Administração e Finanças.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

**INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**

A Seção de Análise Contábil é uma unidade administrativa subordinada à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças.

As competências da Seção de Análise Contábil estão definidas no artigo 32, parágrafo 2º, incisos I a XXVI, da Resolução TRE/MS nº 471/2012 e alterações, que dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria desta Corte, disponível no endereço eletrônico <http://www.tre-ms.jus.br/legislacao/regimento-interno-da-secretaria-do-tre-ms/regimento-interno-da-secretaria-do-tre-ms>. Em síntese compete à unidade “acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal”.

Para execução de suas atividades a Seção de Análise Contábil possui, além da Coordenadora, três servidores do quadro efetivo e dois estagiários:

	Natália Camillo de Lelles, Coordenadora de Finanças e Contabilidade, Analista Judiciária, lotada na unidade em 01/03/1996.
	Angelo Canhete Rodrigues, Chefe da Seção de Análise Contábil, Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, Contador CRC/MS 008162, lotado na unidade em 27/01/2017.
	Irene José Cardoso, Técnica Judiciária, Contadora CRC/MS 007015, lotada na unidade em 01/08/2006.
	Renata de Almeida Magalhães, Analista Judiciária, Contadora CRC/MS 007046, lotada na unidade em 03/12/2015.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

**NORMAS LEGAIS ADOTADAS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir dos registros dos fatos contábeis ocorridos no exercício financeiro 2019, utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, os quais foram realizados de forma analítica tendo como suporte o contrato, a nota fiscal ou o recibo de prestação de serviços, em observância aos critérios e procedimentos estabelecidos nos atos normativos que regulam a matéria, em especial:

- Lei nº 4.320/1964;
- Lei Complementar 101/2000;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs) da Secretaria do Tesouro Nacional.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

**TÉCNICAS E CRITÉRIOS ADOTADOS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

Os fatos de gestão foram registrados na contabilidade de acordo com o estabelecido na legislação vigente, bem como, pelas orientações contidas no manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As disponibilidades, os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Nas transferências de ativos, o valor atribuído foi o valor contábil constante nos registros da entidade de origem.

Os estoques referem-se a materiais de consumo utilizados nas atividades do Tribunal, sendo adotado para avaliação e mensuração o método do custo médio ponderado.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, foi mensurado ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens móveis, este Regional obedeceu aos critérios definidos pela Orientação nº 3/2012, da Secretaria de Planejamento, Orçamentos, Finanças e Contabilidade, do Tribunal Superior Eleitoral, bem como de norma definida no Manual SIAFI, tendo como parâmetro a vida útil do bem aplicada uniformemente.

A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis adotado foi o linear ou de quotas constantes aplicado sobre o valor bruto contábil.

As taxas utilizadas variam em função da vida útil estimada do bem, sendo as mais utilizadas estão relacionadas abaixo:

Descrição do Bem	Vida útil estimada (anos)	Taxa percentual
Equipamentos de processamento de dados	05	20%
Veículos de Tração Mecânica	15	6,66%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	10%
Mobiliários em geral	10	10%

No tocante aos bens imóveis, a depreciação vem sendo realizada somente nos bens com registro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

O Intagível foi ajustado em conformidade com a orientação nº 12/2019 da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio da transação “Consulta Demonstrações Contábeis – CONDEMCON”, na plataforma do Novo SIAFI, contemplam a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, materializadas nas seguintes peças:

-Balanço Orçamentário: Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (Lei nº 4.320/64, artigo 102). É elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa).

-Balanço Financeiro: Demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Lei nº 4.320/64, artigo 103).

É elaborado considerando as classes : **(a)** Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte; **(b)** Classes 4 (VPA) e 3 (VPD) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente; **(c)** Classe 5 (orçamento aprovado) para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, e **(d)** Classe 6 (execução do orçamento) para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária, bem como pagamento de restos a pagar.

-Demonstração dos Fluxos de Caixa: Apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. É elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

-Demonstração das Variações Patrimoniais: Apresenta o resultado patrimonial do período, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício. É elaborada utilizando-se as classes 3 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e 4 - Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) do PCASP.

-Balanço Patrimonial: Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, permitindo ao usuário da informação conhecer a composição dos bens, direitos e obrigações, bem como, o patrimônio social do Órgão. As informações para elaboração do Quadro Principal do Balanço Patrimonial são extraídas das classes 1-Ativo e 2- Passivo e Patrimônio Líquido do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO
FINANCEIRO 2019**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.						
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL			-	-	-	-
DÉFICIT			-	-	127.529.985,98	127.529.985,98
TOTAL			-	-	127.529.985,98	127.529.985,98
DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	111.941.961,00	123.366.470,00	121.857.605,04	120.236.847,06	120.234.505,58	1.508.864,96
Pessoal e Encargos Sociais	91.250.812,00	102.641.257,00	99.923.927,41	99.113.189,68	99.113.189,68	2.717.329,59
Outras Despesas Correntes	20.691.149,00	20.725.213,00	21.933.677,61	21.123.657,38	21.121.315,90	-1.208.464,63
DESPESAS DE CAPITAL	1.196.413,00	5.681.433,00	5.672.380,94	3.856.948,58	3.856.948,58	9.052,06
Investimentos	1.196.413,00	5.681.433,00	5.672.380,94	3.856.948,58	3.856.948,58	9.052,06
TOTAL	113.138.374,00	129.047.903,00	127.529.985,98	124.093.795,64	124.091.454,16	1.517.917,02

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

No tocante às Receitas Orçamentárias, as multas previstas no Código Eleitoral e Leis conexas, assim como as multas aplicadas em contratos administrativos e demais receitas são recolhidas diretamente à conta do Tesouro Nacional, de tal forma que esta Unidade Jurisdicionada não possui receitas próprias e, sendo assim, as colunas relativas à “Receita” não apresentam valores.

Como consequência do subitem precedente, o resultado do Balanço Orçamentário é deficitário no montante das despesas empenhadas no exercício, correspondendo a R\$ 127.529.985,98 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos).



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Quanto à autorização para realização das despesas, a dotação inicial, de R\$ 113.138.374,00, recebeu créditos adicionais de R\$ 15.909.529,00, totalizando R\$ 129.047.903,00.

Além das dotações previstas na Lei de Orçamento, mencionadas no item anterior, houve descentralização de créditos feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (Provisão Recebida), no montante de R\$ 1.567.393,59, para implantação de sistema de automação (biometria), manutenção de urnas eletrônicas, atendimento das despesas com as eleições suplementares nos municípios de Miranda e Japorã e para despesas de exercícios anteriores relacionadas ao pleito eleitoral de 2018, não computadas nas dotações no Balanço Orçamentário em comento.

Com isso, no exercício financeiro 2019, o TRE/MS teve à disposição créditos orçamentários da ordem de R\$ 130.615.296,59, dos quais foram executados (empenhados) R\$ 127.529.985,98.

Neste contexto, confrontando o total da dotação autorizada (créditos iniciais + adicionais + provisão recebida) com as despesas empenhadas constata-se, como resultado, **a economia na realização das despesas no total de R\$ 3.085.310,61.**

Contudo, o resultado acima apresentado diverge dos valores constantes no Balanço Orçamentário, na coluna “saldo da dotação”, em virtude de que o referido demonstrativo é elaborado a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que não computa como **Dotação** as **Provisões Recebidas**. Dessa forma o resultado orçamentário ajustado está representado no quadro abaixo:

Balanço Orçamentário Ajustado com a adição das Provisões Recebidas			
Despesas Orçamentárias	Dotação total (créditos iniciais + adicionais + provisão recebida) R\$	Despesas Empenhadas R\$	Saldo da dotação R\$
DESPESAS CORRENTES	124.933.863,59	121.857.605,04	3.076.258,55
Pessoal e Encargos Sociais	102.751.336,59	99.923.927,41	2.827.409,18
Outras Despesas Correntes	22.182.527,00	21.933.677,63	248.849,37
DESPESAS DE CAPITAL	5.681.433,00	5.672.380,94	9.052,06
Investimentos	5.681.433,00	5.672.380,94	9.052,06
TOTAL	130.615.296,59	127.529.985,98	3.085.310,61

Com o ajuste do Balanço Orçamentário, demonstrado no quadro acima, percebe-se que o resultado orçamentário é, de fato, o valor de R\$ 3.085.310,61. Além disso, pode-se constatar que o saldo da



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

dotação da rubrica “Outras Despesas Corrente” é positivo em R\$ 248.849,37, ao invés dos R\$ 1.208.464,63 negativo constante no Balanço original.

Ademais, do demonstrativo em tela é possível identificar o desempenho do Órgão na utilização dos créditos postos à sua disposição, por meio das colunas “Despesas Empenhadas”, “Despesas Líquidas” e Despesas pagas”. No caso em análise, cerca de 98% (noventa e oito por cento) dos créditos liberados foram empenhados, entre os empenhados 97% (noventa e sete por cento) foram liquidados e destes 99% (noventa e nove por cento) foram pagos dentro do exercício financeiro. Dessa forma pode-se afirmar que houve execução integral de cerca de 95% (noventa e cinco por cento) do orçamento, outros 3% (três por cento) foram inscritos em restos a pagar e aproximadamente 2% (dois por cento) ficaram disponível e foram cancelados no encerramento do exercício.

Quanto à diferença entre as despesas empenhadas (R\$ 127.529.985,98) e as despesas pagas (R\$ 124.091.454,16), perfazendo a quantia de R\$ 3.438.531,82 será transportada para o exercício financeiro 2020, na rubrica de Restos a Pagar, dos quais R\$ 3.436.190,34 é Restos a Pagar não processado e R\$ 2.341,48 é Restos a Pagar processados.

Integram o Balanço Orçamentário os anexos I e II, abaixo reproduzidos com ajustes. Ambos estão relacionados à execução dos restos a pagar, inscritos em anos anteriores, mas executados no exercício financeiro 2019.

ANEXO AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo I Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em anos anteriores	Inscritos em 31/12/2018	Liquidados	Pagos	Cancelados	saldo
DESPESAS CORRENTES	25.270,69	2.592.460,12	1.968.627,45	1.968.627,45	264.568,12	384.535,24
Pessoal e Encargos Sociais	-	708.000,00	394.801,45	394.801,45	-	313.198,55
Outras Despesas Correntes	25.270,69	1.884.460,12	1.573.826,00	1.573.826,00	264.568,12	71.336,69
DESPESAS DE CAPITAL	1.416.050,48	2.233.747,80	3.239.774,11	3.239.774,11	136.463,25	273.560,92
Investimentos	1.416.050,48	2.233.747,80	3.239.774,11	3.239.774,11	136.463,25	273.560,92
TOTAL	1.441.321,17	4.826.207,92	5.208.401,56	5.208.401,56	401.031,37	658.096,16

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

Extraí-se do quadro acima, tomando como referência a soma dos empenhos inscritos em restos a pagar de anos anteriores e os inscritos em 2018, que foram executados (liquidados e pagos) cerca



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

de 83% (oitenta e três por cento), cancelados 6% (seis por cento) e 11% (onze por cento) serão reinscritos em restos a pagar para o exercício 2020.

Os empenhos que serão reinscritos em restos a pagar para o exercício 2020 são originários dos seguintes exercícios financeiros:

EXERCÍCIO FINANCEIRO	Valor R\$
2016	11.336,73
2017	265.092,25
2018	381.667,18
TOTAL	658.096,16

Ainda com relação aos empenhos que serão reinscritos em restos a pagar no exercício 2020, convém esclarecer quanto às suas origens e possível destinação:

-Os empenhos na natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, no valor R\$ 313.198,55, refere-se à créditos destinados para pagamento de serviços extraordinários, quando da realização do pleito 2018, aos servidores lotados na Secretaria e nos Cartórios Eleitorais, assim como, para despesas residuais com autoridades (Juízes titulares). A Coordenadoria de Pessoal esta em fase final de apuração de débitos relacionados aos empenhos em comento, porém a perspectiva é de que sejam anulados integralmente no exercício financeiro 2020.

-Os empenhos na natureza de despesa Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 71.336,69, estão relacionados, predominantemente, à prestação de serviços terceirizados (limpeza e conservação e motoristas) e dois de serviços de engenharia (fiscalização de obra e emissão certificado do corpo de bombeiros), cuja manutenção se deve aos fatos de estar em curso a conclusão dos serviços, ou, existir procedimento administrativo para aplicação de penalidade cujos saldos poderão ser convertidos em multa e recolhidos ao Tesouro.

-Quanto às Despesa de Capital Investimentos, no valor de R\$ 273.560,92: A quantia de R\$ 249.744,19 é destinada à construção do depósito de urnas e almoxarifado, na fase final da obra, e serão executados integralmente em 2020; O valor de R\$ 11.336,73 é devido ao fornecedor (aguardando emissão da nota fiscal), no entanto existe penalidade administrativa, o destino do recurso será cancelamento por prescrição ou reversão dos recurso ao Tesouro, caso o fornecedor apresente o documento fiscal que se permita efetuar a liquidação da despesa. O valor de R\$ 12.480,00 tem previsão de cancelamento em virtude de descumprimento contratual (fornecedor não entregou o bem), foi autuado processo específico de penalidade.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

ANEXO II AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo II Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados.					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em anos anteriores	Inscritos em 31/12/2018	Pagos	Cancelados	saldo
DESPESAS CORRENTES	-	547.695,22	533.757,78	13.937,44	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	533.757,78	533.757,78	-	-
Outras Despesas Correntes	-	13.937,44	-	13.937,44	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	107.486,79	107.486,79	-	-
Investimentos	-	107.486,79	107.486,79	-	-
TOTAL	-	655.182,01	641.244,57	13.937,44	-

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes

-Em 2018 houve a inscrição de despesas em Restos a Pagar Processados em virtude de que não havia disponibilidade financeira em face da aplicação da Emenda Constitucional nº 95/2016, estabelecendo teto no limite de gastos, sendo todos os pagamentos efetuados no exercício 2019.

- Com relação ao cancelamento de R\$ 13.937,44, esclarece-se houve uma falha na emissão da ordem bancária ao fornecedor, sendo o valor indevidamente anulado. Porém, houve pagamento ao credor por meio de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

- Como se observa do quadro acima, nenhum saldo será transportado para o próximo exercício.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	127.529.985,08	133.134.637,27
Ordinárias	-	-	Ordinárias	111.804.111,86	118.030.892,85
Vinculadas	-	-	Vinculadas	15.725.874,12	15.103.744,42
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	15.725.874,12	13.273.442,06
Recursos a Classificar	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.830.302,36
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferência Recebidas	130.998.255,29	132.506.442,32	Transferências Financeiras Concedidas	1.811.537,36	4.597.458,03
Resultantes da Execução Orçamentária	125.474.232,36	127.466.692,18	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	125.474.232,36	127.466.692,18	Independentes da Execução Orçamentária	1.811.537,36	4.597.458,03
Independentes da Execução Orçamentária	5.524.022,93	5.059.750,14	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.811.537,36	4.597.458,03
Transferência Recebidas para Pagamento de RP	5.523.970,88	5.059.739,64	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	52,05	10,50	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	5.359.330,58	10.255.340,15	Pagamentos Extraorçamentários	5.940.129,89	5.357.763,44
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.341,48	655.182,01	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	641.244,57	556,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.436.207,92	4.826.207,92	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.208.401,56	5.284.828,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	99.904,64	166.121,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80.074,95	73.378,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.821.894,12	4.607.828,34	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.408,81	-
Ordens Bancárias Não Sacadas	-	10.380,81	Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento	10.380,8	-
Restituições a Pagar	-	28,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.380,81	-			
Arrecadação de Outra Unidade	1.811.485,31	4.597.419,53			
Demais Recebimentos	28,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	703.411,71	1.031.487,98	Saldo para o Exercício Seguinte	1.779.344,35	703.411,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	703.411,71	1.031.487,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.779.344,35	703.411,71
TOTAL	137.060.997,58	143.793.270,45	TOTAL	137.060.997,58	143.793.270,45

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Lei nº 4.320/64, artigo 103).

Como dito alhures, no TRE/MS as receitas orçamentárias são arrecadadas a favor do Tesouro Nacional. Dessa forma, os recursos financeiros destinados aos pagamentos dos compromissos assumidos pela Unidade Jurisdicionada provém integralmente do Tribunal Superior Eleitoral, por meio de sub-repasses e das transferências financeiras para pagamento dos restos a pagar.

No exercício financeiro em exame as fontes de recursos dos sub-repasses foram:

Fonte	Valor R\$
0100 – Recursos Ordinários	109.794.221,07
0156 – Contribuição Plano de Seguridade Social	6.744.540,29
0169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos	8.935.471,00

Por sua vez, para pagamento dos restos a pagar, foram as seguintes fontes:

Fonte	Valor R\$
0100 – Recursos Ordinários	5.404.622,20
0156 – Contribuição Plano de Seguridade Social	103.000,00
0169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos	16.348,68

Os recebimentos extraorçamentários são constituídos por:

Inscrições dos Restos a Pagar Processados (R\$ 2.341,48) e Não Processados (R\$ 3.426.190,34), cujo efeito no demonstrativo em tela é neutralizar em parte as despesas orçamentárias, que são inscritas pelo valor das Despesas Empenhadas, sendo que neste estágio da despesa estão contidos os restos a pagar, pois não houve o desembolso financeiro.

Valores correspondentes às movimentações financeiras ocorridas nas contas contábeis de depósitos judiciais e cauções (R\$ 98.904,64) cuja contrapartida está representada nos dispêndios sob a denominação de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 80.074,95). Esclarece-se que o montante registrado contabilmente à título de Caução e Depósitos Judiciais perfaz a quantia de R\$ 172.010,73 e será comentado quando da análise do Balanço Patrimonial.

Arrecadação de Outras Unidades, que representam as multas eleitorais e demais receitas arrecadadas diretamente ao Tesouro Nacional tendo como Unidade Gestora de origem o TRE/MS. O valor deste item (R\$ 1.811.485,31) acrescido do valor de R\$ 52,05 relativo à Movimentação de Saldos Patrimoniais tem como contrapartida nos dispêndios o valor de R\$ 1.811.537,36 que formam as Transferência Financeiras Concedidas.

Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior, R\$ 10.380,81, refere-se ao saldo do Cartão de Pagamento do Governo Federal não utilizado no ano de 2018 e que não foi cancelado naquele exercício financeiro.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Demais Recebimentos, R\$ 28,00, refere-se ao recurso financeiro recebido para devolução ao contribuinte (ressarcimento) de Guias de Recolhimento da União recolhidas em duplicidade no ano de 2018 e regularizadas em 2019.

Dispêndios

As Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos) foram destinadas para pagamento das Despesas Orçamentárias, R\$ 127.529.985,98 (ordinárias e vinculadas), e para os pagamentos extraorçamentários de Restos a Pagar Processados e Não Processados, nos valores de R\$ 641.244,57 e 5.208.401,56. Respectivamente.

Lembrando que no total das despesas orçamentárias (R\$ 127.529.985,98), constantes neste demonstrativo, estão inclusos os valores dos Restos a Pagar processados e não processados inscritos no exercício 2019, os quais estão discriminados nos Recebimentos Extraorçamentários.

Os demais itens e valores contantes como Dispêndios tem como contrapartida os Ingressos, e já foram comentados em tópicos acima.

O Demonstrativo apresenta também o saldo de caixa e equivalentes a caixa do exercício anterior (R\$ 703.411,71) e o saldo para o exercício seguinte (R\$ 1.779.344,35), representando que as entradas de recursos financeiros foram maiores que os dispêndios. Contribuíram para este superávit financeiro os sub-repasses recebidos e os depósitos restituíveis e valores vinculados, perfazendo a quantia de R\$ 1.075.932,64, que corresponde à geração líquida de caixa.

Cumpra esclarecer que os recursos para pagamento, no exercício financeiro 2020, dos restos a pagar inscritos em 2019 estão assegurados pela Secretaria do Tesouro Nacional, uma vez que o saldo de caixa e equivalentes a caixa está aquém do montante inscrito em Restos a Pagar.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.280.142,12	9.016.594,17
INGRESSOS	132.919.054,05	137.270.011,73
Receitas Originárias e Derivadas	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	132.919.054,05	137.270.011,73
Ingressos Extraorçamentários	98.904,64	166.121,88
Restituições a Pagar	-	28,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.380,81	-
Transferências Financeiras Recebidas	130.998.255,29	132.506.442,32
Arrecadação de Outra Unidade	1.811.485,31	4.597.419,53
Demais Recebimentos	28,00	-
DESEMBOLSOS	-124.638.911,93	-128.253.417,56
Pessoal e Demais Despesas	-112.402.278,28	-113.319.530,11
Judiciário	-93.688.811,18	96.749.773,86
Previdência Social	-18.703.086,29	-16.580.137,06
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	-10.380,81	10.380,81
Transferências Concedidas	-10.344.993,34	-10.264.051,40
Intragovernamentais	-10.344.993,34	-10.264.051,40
Outros Desembolsos Operacionais	-1.891.640,31	-4.669.836,05
Dispêndios Extraorçamentários	-80.074,95	-72.378,02
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-28,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.811.537,36	-4.597.458,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.204.209,48	-9.344.670,44
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-7.204.209,48	-9.344.670,44
Aquisição de Ativos Não Circulante	-6.946.947,16	-7.703.083,19
Outros Desembolsos de Investimentos	-257.262,32	-1.641.587,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	703.411,71	1.031.487,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.779.344,35	703.411,71

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

O Demonstrativo de Fluxo de Caixas apresenta as entradas e saídas de caixas distribuídas em fluxos Operacional, de Investimentos e de Financiamento.

Os dados são coletados da classe 6 (Controle da Execução do Planejamento e Orçamento), organizados pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas e ainda como funções e subfunções.

Dessa forma, os valores apresentados neste Demonstrativo foram comentados quando da análise do Balanço Financeiro, com a ressalva de que naquele demonstrativo as despesas orçamentárias foram extraídas das despesas empenhadas e neste das despesas pagas do Balanço Orçamentário.

O resultado da soma dos três fluxos (Ingressos – desembolsos) corresponde à diferença entre o saldo de Caixas e Equivalentes a Caixa do exercício anterior e do atual, no caso R\$ 1.075.932,64 que acrescido ao saldo anterior totaliza R\$ 1.779.344,35, valor este que constará no Balanço Patrimonial, no grupo do Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	133.200.910,19	138.170.304,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.551,25	5.832,06
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.551,25	5.832,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	117,30	66,86
Juros e Encargos de Mora	117,30	66,86
Transferências e Delegações Recebidas	131.004.273,61	133.369.995,84
Transferências Intragovernamentais	130.998.255,29	132.506.442,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.018,32	863.553,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	362.195,49	202.885,07
Ganhos com Incorporação de Ativos	337.849,24	202.866,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	24.346,25	18,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.828.772,54	4.591.524,42
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.828.772,54	4.591.524,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	130.723.058,07	135.020.084,85
Pessoal e Encargos	85.732.411,88	86.521.706,20
Remuneração a Pessoal	71.367.685,31	72.289.047,78
Encargos Patronais	10.364.889,57	10.258.187,26
Benefícios a Pessoal	3.999.837,00	3.974.471,16
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.740.765,90	16.529.503,54
Aposentadorias e Reformas	16.882.867,33	15.057.745,06
Pensões	1.844.913,80	1.451.530,37
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.984,77	20.228,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.331.204,36	25.848.862,83
Uso de Materiais de Consumo	1.265.909,52	3.885.881,51
Serviços	16.773.254,35	18.361.048,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.292.040,49	3.601.932,53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13,52	10,50
Descontos Financeiros Concedidos	13,52	10,50
Transferências e Delegações Concedidas	2.043.793,30	4.976.919,73
Transferências Intragovernamentais	1.811.537,36	4.597.458,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	232.255,94	379.461,70
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	563.387,30	652.296,84
Desincorporação de Ativos	563.387,30	652.296,84
Tributárias	29.657,32	44.831,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.398,63	15.439,76
Contribuições	28.258,69	29.392,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	281.824,49	445.953,43
Premiações	6.400,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	275.424,49	445.953,43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.477.852,12	3.150.219,40

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício (Lei nº 4.320/64, artigo 104).

O resultado patrimonial do exercício financeiro foi superavitário na ordem de R\$ 2.477.852,12 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), sendo esta importância consignada no Balanço Patrimonial, na conta do Patrimônio Líquido, cujos resultados acumulados totalizam R\$ 54.445.368,52.

As informações para elaboração deste Demonstrativo são extraídas das classes 3-Despesas e 4-Receitas, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Importante esclarecer que o resultado patrimonial acima mencionado, obtido a partir dos registros contábeis realizados nas classes 3-Despesas e 4- Receitas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, não se confunde o resultado deficitário da destinação dos recursos, apresentado no último quadro do Balanço Patrimonial, denominado “Demonstrativo do superávit/Déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial” valor R\$ 2.489.294,36, vez que este quadro aponta a diferença positiva ou negativa do Ativo Financeiro deduzido do Passivo Financeiro sob a ótica do Indicador de Superávit Primário (ISF).

Variações Patrimoniais Aumentativas: No total de R\$ 133.200.910,19 das quais se destacam:

- R\$ 5.551,25, referente às tarifa cobrada pela prestação de serviços de desconto de consignações em folha, desconto dos servidores e recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União ao Tesouro Nacional.
- R\$ 117,30 , relativos à multa/mora quando do recolhimento das Guias de Recolhimentos da União, recursos também pertencente ao Tesouro Nacional.
- R\$130.998.255,29 referente aos sub-repasses e transferências para pagamento de Restos a Pagar.
- R\$ 6.018,32 Correspondente aos bens móveis recebidos em doação do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul (TRT 24) alocados no Cartório Eleitoral de Jardim (22ª ZE), R\$ 4.773,32 e suprimento para urnas eletrônicas doados pelo Tribunal Superior Eleitoral, R\$ 1.245,00.
- R\$ 337.849,24, Doação efetuada pela Caixa Econômica Federal de 56 kits de Biometria.
- R\$ 24.346,25, Débitos marcados com Indicador de Superávit Financeiro Patrimonial (P), que foram cancelados em virtude da insubsistência passiva (R\$ 10.380,81), pela apropriação da despesa com recurso de exercícios anteriores-DEA (R\$10.937,44) e pela regularização do recolhimento em duplicidade das GRUs R\$ 28,00.
- R\$ 1.828.772,54 correspondendo à soma das restituições financeiras, das multas administrativas e eleitorais, dos recursos de campanha eleitoral devolvidos pelos candidatos e partidos. Lembrando que os recursos financeiros destas variações patrimoniais foram arrecadados diretamente ao Tesouro Nacional.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Variações Patrimoniais Diminutivas: No total R\$ 130.723.058,07 das quais se destacam:

As despesas com Pessoal e encargo e as variações patrimoniais diminutivas financeiras ocorreram com pessoal e encargos e benefícios previdenciários totalizaram R\$ 104.473.177,78, que representam, juntas, cerca de 80% (oitenta por cento),

A contratação de serviços (água, luz, telefone, vigilância manutenção predial, seguros, diárias, locação de imóveis e outras) que totalizaram R\$ 16.773.254,35, aproximadamente 13% (treze por cento).

Houve transferências financeiras concedidas (correspondência de créditos (receitas) das multas administrativas, do Código Eleitoral e leis Conexas e as indenizações e restituições), que totalizaram R\$ 1.811.537,36.

Ocorreram variações patrimoniais diminutivas extraorçamentárias, cujos valores expressivos estão relacionados com as baixas de materiais de consumo (R\$ 1.265.909,52), as depreciações de bens móveis e imóveis e as amortizações do Intangível (R\$ 5.292.040,49) e a desincorporação de ativos referentes às baixas de responsabilidades dos supridos, da baixa de bens móveis inservíveis (R\$ 563.387,30) e as doações de bens móveis a outras entidades (R\$ 232.255,94).



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	4.373.714,15	3.198.449,15	PASSIVO CIRCULANTE	3.785.791,95	3.467.765,79
Caixa e Equivalentes de caixa	1.779.344,35	703.411,71	Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist. a pagar curto prazo	3.611.439,74	118.030.892,85
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	447.011,17	395.751,15	Fornecedores e Contas e Pagar de Curto Prazo	-	9.380,05
Estoques	2.147.358,63	2.099.286,27	Demais Obrigações a Curto Prazo	174.352,21	399.796,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	53.857.446,32	52.967.820,41	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
IMOBILIZADO	52.231.998,54	50.495.294,18	TOTAL DO PASSÍVO EXIGÍVEL	3.785.791,95	3.467.765,79
Bens Móveis	23.991.714,41	23.157.586,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	48.394.675,64	44.381.568,39	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-24.402.961,23	-21.223.981,72	Reservas de Capital	-	-
Bens Imóveis	28.240.284,13	27.337.707,51	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Imóveis	29.568.696,80	28.089.036,35	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-1.328.412,67	-751.328,84	Resultados Acumulados	54.445.368,52	52.698.503,77
Intangível	1.625.447,78	2.472.526,23	Resultado do Exercício	2.477.852,12	3.150.219,40
Software	1.625.447,78	2.472.526,23	Resultados de Exercícios Anteriores	52.698.503,77	49.570.087,59
Software	2.653.874,51	2.517.275,30	Ajustes de Exercícios Anteriores	-730.987,37	-21.803,22
(-) Amortização Acumulada de Software	-1.028.426,73	-44.749,07	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.445.368,52	52.698.503,77
TOTAL DO ATIVO	58.231.160,47	56.166.269,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.231.160,47	56.166.269,56

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 2019. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, permitindo ao usuário da informação conhecer a composição dos bens, direitos e obrigações, bem como, o patrimônio social do Órgão.

O Balanço Patrimonial é composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

As informações para elaboração do Quadro Principal do Balanço Patrimonial são extraídas das classes 1-Ativo e 2- Passivo e Patrimônio Líquido do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Quanto aos quadros acessórios, estes terão seus valores detalhados logo após as explicações do quadro principal, que se faz a seguir:



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Ativo Circulante: O Ativo Circulante, no total de R\$ 4.373.714,15 (quatro milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e quatorze reais e quinze centavos), contempla registro de valores nas seguintes rubricas:

Caixa e equivalentes de caixa: Valor total de R\$ 1.779.344,35 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), sendo R\$ 1.607.333,62 de recursos liberados pelo Tesouro Nacional (limites de saques com vinculação de pagamento), R\$ 89.980,92 depositados na Caixa Econômica Federal, dos quais, R\$ 27.747,27 refere-se à caução de contratos administrativos para prestação de serviços e/ou execução de obras e serviços de engenharia e os demais valores, R\$ 62.233,89, são Depósitos Judiciais. R\$ 81.304,81 depositados no Banco do Brasil, relativos à Depósitos Judiciais e R\$ 725,00 em Depósitos Judiciais nos demais bancos. Os depósitos judiciais foram atualizados de acordo com os valores constantes no Relatório Mensal de Atividades 10/2019, da Corregedoria Regional Eleitoral. Já os depósitos em caução não sofreram reajustes conforme verificado nos extratos bancários fornecidos pela Instituição Financeira.

Demais créditos e valores de curto prazo: No total de R\$ 447.011,17, são adiantamentos de salários e ordenados (R\$ 136,370,76), que serão baixados no mês de competência da efetivação da folha de pagamento, adiantamento suprimento de fundos (R\$ 287.188,57) cujas baixas de responsabilidade ocorrerão em 2019 e R\$ 23.451,84 referentes à adiantamentos de gratificação natalina, pendentes de ressarcimentos por servidores.

Suprimento de Fundos – Adiantamento: No tocante à conta de Suprimento de Fundos (R\$ 287.188,57, esclarece-se que cerca de R\$ 250.000,00 estão relacionados aos adiantamentos para atender despesas eventuais e com serviços especiais inerentes aos recadastramentos biométricos. Os valores não utilizados foram devolvidos por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) diretamente ao Tesouro Nacional. Assim, não haverá ingresso financeiro em 2019 sobre o crédito registrado no Ativo, tão somente ocorrerão as baixas das responsabilidades dos supridos.

Estoque: Estão avaliados pelo valor de aquisição, no total de R\$ 2.147.358,63 corresponde aos materiais de consumo, com destaque para os materiais e expediente, R\$ 632.132,22; materiais de informática, R\$ 281.359,42; Material de acondicionamento e embalagem R\$ 125.305,91; Produtos e limpeza e higienização, R\$ 260.280,28; Materiais elétricos e eletrônicos R\$ 306.698,55 e R\$ 369.331,45 de materiais e proteção e segurança.

Ativo Não Circulante: O Ativo Não Circulante, no total de R\$ 53.857.446,32, já descontadas as depreciações e amortizações, contemplam registros de valores do Imobilizado (bens móveis e imóveis) e Intangível, conforme discriminado a seguir:

Bens Móveis: Avaliados com base no valor de aquisição ou construção (não há registros de reavaliações ou reduções ao valor recuperável), no valor de R\$ 48.394.675,64, dos quais R\$ 29.787.278,38 (61,5%) são bens de informática. O total depreciado perfaz R\$ 24.402.961,23, indicando uma vida útil média de 50% (cinquenta por cento) dos bens móveis.

Bens Imóveis: Também avaliados com base no valor de aquisição ou construção, sem registros de reavaliações ou reduções ao valor recuperável, perfaz o montante de R\$ 29.568.696,80, sendo depreciados R\$ 1.328.412,67.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

As depreciações dos bens imóveis são efetuadas em conformidade com os valores constantes nas planilhas encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Anota-se, embora lançados contabilmente, fazendo parte do total dos bens imóveis, estão pendentes de registros no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, obras finalizadas que totalizam R\$ 13.685.766,62, sobre as quais não vem incidindo a depreciação.

Quanto ao subitem precedente, informa-se que está a Secretaria de Administração e Finanças deste Regional vem acompanhando junto à SPU o deslinde dos registros dos imóveis no sistema próprio.

Intangível: O intangível é composto pelo registro contábil dos softwares adquiridos pelo TRE/MS para fins específicos de algumas Coordenadorias ou Seções, sem vínculo com os programas utilizados na área fim, sendo estes controlados pelo Tribunal Superior Eleitoral. O total contabilizado é de R\$ 2.653.874,51, tendo sido amortizados R\$ 1.025.426,73.

No exercício financeiro 2019 foram executados ajustes nas contas do intangível, em cumprimento à Orientação nº 12/2019 da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral. Houve baixa de itens em desuso (R\$ 120.663,11). Dos bens em uso, houve a segregação em bens com vida útil definida (R\$ 2.194.106,26) sobre os quais incide as amortizações mensais e bens com vida útil indefinida (R\$ 459.768,25). Também a conta de amortização acumulada foi ajustada, houve registro de R\$ 983.677,66, sendo R\$ 604,582,40 correspondente a exercícios anteriores e R\$ 379.095,26 do exercício 2019.

Passivo Circulante: no total de R\$ 3.785.791,95, convém mencionar que os serviços prestados e as mercadorias entregues até dezembro de 2019 foram liquidadas e pagas dentro do próprio mês de competência, de tal sorte que restaram pendentes, predominantemente, obrigações exigíveis de natureza extraorçamentárias, com destaque para:

Férias a pagar, R\$ 3.611.439,74, referentes às apropriações pelo regime de competência das férias do pessoal do quadro deste Regional, em cumprimento ao Acórdão nº 1322/2018 do Tribunal de Contas da União e Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Depósitos judiciais e cauções recebidas, R\$ 172.010,73, relativos a depósitos judiciais e cauções recebidos (contrapartida do ativo disponível).

ISS a Recolher, R\$ 2.341,48 a favor da Prefeitura Municipal de Anastácio, referente retenção na fonte de serviços prestados por terceiros, que serão recolhidos no exercício 2020.

Patrimônio Líquido: Com total acumulado de R\$ 54.445.368,52, sendo R\$ 49.570.087,59 provenientes de exercícios anteriores, R\$ 2.477.852,12 de resultado do exercício e ajustes negativos de exercícios anteriores, R\$ -730.987,37, relacionados à baixa de ativos intangíveis em desuso, R\$



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

120.662,11, amortização acumulada de exercícios anteriores da conta intangível R\$ 604.582,40 e R\$ 5.741,86 são referentes ao adiantamento de gratificação natalina não compensados ou devolvidos na folha de pagamento 2018, que foram regularizados em 2019 por meio de devolução do servidor ou inscrição em dívida ativa.

**ANÁLISE HORIZONTAL DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS–
EXERCÍCIOS FINANCEIROS 2018-2019**

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	4.373.714,15	3.198.449,15	PASSIVO CIRCULANTE	3.785.791,95	3.467.765,79
Caixa e Equivalentes de caixa	1.779.344,35	703.411,71	Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist. a pagar curto prazo	3.611.439,74	3.058.589,58
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	447.011,17	395.751,15	Fornecedores e Contas e Pagar de Curto Prazo	-	9.380,05
Estoques	2.147.358,63	2.099.286,27	Demais Obrigações a Curto Prazo	174.352,21	399.796,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	53.857.446,32	52.967.820,41	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
IMOBILIZADO	52.231.998,54	50.495.294,18	TOTAL DO PASSÍVO EXIGÍVEL	3.785.791,95	3.467.765,79
Bens Móveis	23.991.714,41	23.157.586,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	48.394.675,64	44.381.568,39	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-24.402.961,23	-21.223.981,72	Reservas de Capital	-	-
Bens Imóveis	28.240.284,13	27.337.707,51	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Imóveis	29.568.696,80	28.089.036,35	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-1.328.412,67	-751.328,84	Resultados Acumulados	54.445.368,52	52.698.503,77
Intangível	1.625.447,78	2.472.526,23	Resultado do Exercício	2.477.852,12	3.150.219,40
Software	1.625.447,78	2.472.526,23	Resultados de Exercícios Anteriores	52.698.503,77	49.570.087,59
Software	2.653.874,51	2.517.275,30	Ajustes de Exercícios Anteriores	-730.987,37	-21.803,22
(-) Amortização Acumulada de Software	-1.028.426,73	-44.749,07	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.445.368,52	52.698.503,77
TOTAL DO ATIVO	58.231.160,47	56.166.269,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.231.160,47	56.166.269,56

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 2019. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

final do período, permitindo ao usuário da informação conhecer a composição dos bens, direitos e obrigações, bem como, o patrimônio social do Órgão.

O Patrimônio Líquido é resultado da diferença entre o ativo total e o passivo. A seguir serão demonstrados os principais grupos e suas evoluções em relação ao exercício financeiro 2018.

Valores em R\$

Grupo de conta	2019	2018	Variação %
Caixa e Equivalentes de caixa	1.779.344,35	703.411,71	252,95
Limite de Saque OFSS	1.607.333,62	550.230,67	292,12
Depósito de Terceiros	172.010,73	153.181,04	112,29

Este grupo de contas é composto por recursos financeiros originados do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que poderão ser utilizados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias e por depósitos de terceiros (cauções e depósitos judiciais).

A variação positiva de 92% no limite de saque, de 2018 para 2019, está associada ao montante da programação financeira recebida para pagamento no mês de dezembro e a executada. Já os depósitos de Terceiros variou 12% em virtude da atualização monetária dos depósitos e pela inclusão de novos depósitos.

Valores em R\$

Grupo de conta	2019	2018	Variação %
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	447.011,17	395.751,15	112,95
Adiantamentos de salários e ordenados	136.370,76	163.385,69	83,47
Adiantamento suprimento de fundos	287.188,57	226.114,04	127,00
Crédito a Receber - Folha de Pagamento	23.451,84	6.251,44	375,14

Neste item houve acréscimo de cerca de 13% no grupo de contas. Dos créditos do exercício 2018 apenas R\$ 1.019,16 não foi baixado e está incluso na rubrica Crédito a Receber – Folha de Pagamento de 2019. Os créditos originados em 2019 serão baixados sem ingresso de recursos financeiros, em virtude dos descontos em folha de pagamento ou pela baixa de responsabilidade dos supridos, neste último caso já houve a devolução dos recursos financeiros não utilizados no exercício financeiro 2019.

Valores em R\$

Grupo de conta	2019	2018	Variação %
Estoques	2.147.358,63	2.099.286,27	102,29



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Os estoques do TRE/MS é composto por itens de materiais a serem consumidos nas atividades do Órgão. Houve pequena variação de 2,29% em relação a 2018. Os itens que compõe os estoques estão discriminados a seguir.

Valores em R\$

Item	2019	2018	Variação %
Gêneros de alimentação	57.100,96	154.162,43	37,04
Material Odontológico	3.735,20	3.999,10	93,40
Material de expediente	632.132,22	636.813,38	99,26
Material de tecnologia da informação	281.359,42	262.727,86	107,07
Material de acondicionamento em embalagem	125.305,91	131.416,80	99,35
Material de copa e cozinha	95.798,01	107.781,53	88,88
Material de limpeza e produtos de higienização	260.280,28	224.743,79	115,81
Material para manutenção de bens imóveis/instalação	3.949,60	0,00	1
Material para manutenção de bens móveis	922,72	1.012,00	91,18
Material elétrico e eletrônico	306.698,55	258.975,23	118,43
Material de proteção e segurança	369.331,45	308.335,25	117,78
Material para áudio, vídeo e foto	2.275,74	360,00	632,15
Material para manutenção de veículos	3.958,76	3.958,76	100,00
Material para utilização em gráfica	67,05	67,05	100,00
Ferramentas	418,37	321,72	130,04
Material de sinalização visual	1.993,64	1.993,64	100,00
Bandeiras, flâmulas e insígnias	2.030,75	2.617,73	77,58

Percebe-se que por itens do estoque as variações são maiores, sendo que os materiais de limpeza e produtos de higienização, os materiais elétrico e eletrônico e os materiais de proteção e segurança foram os itens que contribuíram para a variação média positiva no ano de 2019.

IMOBILIZADO		
Grupo de conta	2019	2018
Imobilizado líquido de depreciação	52.231.998,54	50.495.294,18
Bens Móveis	48.394.675,64	44.381.568,39



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Depreciação bens móveis	-24.402.961,23	-21.223.981,72
Bens Imóveis	28.240.284,13	27.337.707,51
Depreciação bens imóveis	-1.328.412,67	-751.328,84

O Imobilizado, no valor líquido de R\$ 52.231.998,54 é composto por dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis, a seguir discriminados. Percebe-se que no Imobilizado total houve variação positiva de 3,44%.

Na tabela a seguir discriminamos os Bens Móveis por conta contábil. Na sequência trataremos das depreciações destes bens e para finalizar o Imobilizado abordaremos sobre os Imóveis.

BENS MÓVEIS			
Conta	2019	2018	Variação %
Aparelhos de medição e orientação	20.407,50	8.751,94	233,17
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.558.928,29	183.710,35	848,57
Equipamentos/utensílios médicos, odonto., lab., e hospitalar	109.184,12	99.361,32	109,88
Equipamento de proteção, segurança e socorro	826.932,31	743.890,48	111,16
Máquinas e equipamentos energéticos	2.414.823,18	521.306,14	463,22
Máquinas e equipamentos gráficos	5.278,63	5.187,30	101,76
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	75,01	75,01	100
Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	350,00	350,00	100
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	995.964,32	922.057,30	108,01
Bens de informática	29.787.278,38	25.990.515,56	114,60
Aparelhos e utensílios domésticos	1.928.885,31	1.724.786,57	111,83
Máquinas e utensílios de escritório	60.774,24	63.395,02	95,86
Mobiliário em geral	4.275.795,96	4.077.636,07	104,85
Coleções e materiais bibliográficos	326.437,38	313.596,85	104,09
Discotecas e filmotecas	4.741,90	4.741,90	100
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	431.831,25	377.636,08	114,35
Obras de arte e peças de exposição	23.963,00	23.963,00	100
Veículos	3.585.492,15	3.533.386,96	101,47
Bens móveis em almoxarifado	1.675.186,00	5.452.136,64	30,72
Peças não incorporáveis a imóveis	362.346,71	335.083,90	108,13
TOTAL	48.394.675,64	44.381.568,39	109,04



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

A variação positiva ocorrida de 2018 para 2019, de cerca de 9%, refere-se, predominantemente, à aquisição de equipamentos e solução de videoconferência (aparelhos e equipamentos de comunicação) e bens de informática.

A variação ocorrida nos bens móveis em almoxarifado está relacionada ao início de operação dos bens em 2019, sendo R\$ 1.636.191,00 de máquinas e equipamentos energéticos (usinas fotovoltaicas) e bens de informática.

DEPRECIÇÃO BENS MÓVEIS			
Conta	2019	2018	% depreciado
Aparelhos de medição e orientação	1.763,81	995,11	8,64
Aparelhos e equipamentos de comunicação	64.645,18	56.452,49	4,14
Equipamentos/utensílios médicos, odonto., lab., e hospitalar	56.375,62	52.301,50	51,63
Equipamento de proteção, segurança e socorro	274.480,42	216.280,88	33,19
Máquinas e equipamentos energéticos	167.644,96	132.127,98	6,94
Máquinas e equipamentos gráficos	290,13	216,88	5,49
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	-	-	-
Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	-	-	-
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	144.255,10	111.520,18	14,48
Bens de informática	18.917.255,54	16.343.320,98	63,50
Aparelhos e utensílios domésticos	473.503,30	370.319,88	24,54
Máquinas e utensílios de escritório	23.000,37	21.957,60	37,84
Mobiliário em geral	2.485.479,39	2.282.317,96	58,12
Coleções e materiais bibliográficos	113.146,87	92.585,29	34,66
Discotecas e filmotecas	-	-	-
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	59.519,45	45.149,12	13,78
Obras de arte e peças de exposição	-	-	-
Veículos	1.512.959,99	1.413.096,69	42,19
Bens móveis em almoxarifado	-	-	-
Peças não incorporáveis a imóveis	108.641,10	85.339,18	29,98
TOTAL	24.402.961,23	21.223.981,72	
Variação dos valores depreciados 2019 -2018	14,97%		
Percentual médio de depreciação(bens móveis/ depreciação)	50,42%		

A média de vida útil remanescente dos bens em operação no TRE/MS é de 50% (cinquenta por cento). Vale ressaltar que houve investimentos de cerca de R\$ 4.000.000,00, equivalente a 9,17% dos bens móveis em 2018, superiores aos valores depreciados em 2019, R\$ 3.100.000,00. No entanto, a variação das depreciações foram de 14,97%, em virtude de que, os bens de informática correspondem a mais de 60% (sessenta por cento) do grupo, sendo sua taxa de depreciação superior aos demais itens.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

BENS IMÓVEIS		
Conta	2019	2018
Imóveis Comerciais	44.469,10	44.469,10
Edifícios	2.122.555,47	2.122.555,47
Obras em andamentos	13.611.925,61	12.736.353,48
Instalações	103.980,00	103.980,00
Bens Imóveis a Classificar/Registrar	13.685.766,62	13.081.678,30
TOTAL	29.568.696,80	28.089.036,35
Depreciação Acumulada	-1.328.412,67	-751.328,84

Os imóveis estão avaliados pelo valor de construção. Atualmente estão registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o imóvel comercial (R\$ 44.469,10) e o edifício sede (R\$ 2.122.555,47) sobre os quais vem incidindo as depreciações, calculadas a apropriadas pela SPU.

Os Bens Imóveis a Classificar/Registrar referem-se às construções finalizadas, com recebimento definitivo, que aguardam os registros no SPIUnet. A variação ocorrida em 2019 corresponde à construção do Cartório Eleitoral da 6ª Zona Eleitoral, no município de Bataguassu, obra finalizada em 2019.

No tocante às Obras em Andamento, cerca de 10 milhões são referentes à construção do depósito de urnas e almoxarifado, R\$ 500 mil de construção do Cartório Eleitoral da 3ª Zona Eleitoral de Cassilândia, com previsão de término em 2020. Os demais valores são obras finalizadas que aguardam o recebimento definitivo.

INTANGÍVEL		
Grupo de conta	2019	2018
Softwares líquido de amortização	1.625.447,78	2.472.526,23
Softwares com vida útil definida	2.194.106,26	1.267.276,30
Softwares com vida útil indefinida	459.768,25	1.249.999,00
Amortizações	1.028.426,73	44.749,07

A redução do valor líquido do Intangível ocorreu em virtude da baixa de itens que estavam em desuso e pelo implemento dos registros das amortizações, que foram recalculadas a partir da data de aquisição de cada item. Também houve adequações das classificações nas contas, conforme a validade das licenças (definida ou indefinida).



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

PASSIVO

Valores em R\$

	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	3.785.791,95	3.467.765,79
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist. a pagar curto prazo	3.611.439,74	3.058.589,58
Fornecedores e Contas e Pagar de Curto Prazo	-	9.380,05
Demais Obrigações a Curto Prazo	174.352,21	399.796,16

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, R\$ 3.611.439,74, refere-se integralmente às apropriações pelo regime de competência da rubrica férias e um terço das férias. As apropriações são feitas mensalmente tendo como referência o relatório extraído do Sistema de Folha de Pagamento.

As Demais Obrigações a Curto Prazo estão divididas em depósitos judiciais e cauções que em 2018 totalizava R\$ 151.171,04 e em 2019 passou para R\$ 172.010,73 e em consignações (retenções de impostos e contribuições) liquidadas, mas não pagas (restos a pagar processados) que em 2018 totalizou R\$ 248.625,12 e em 2019 R\$ 2.341,48.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 730.987,37
----------------------------------	----------------

O valor constante na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido refere-se à baixa de bens do Ativo Intangível, que estava em desuso (R\$ 604.582,40), a amortização dos bens do Intangível relacionadas a exercícios anteriores a 2019 (R\$ 125.385,81) e baixa por insubsistência de créditos (R\$ 1.019,16) em virtude da devolução do valor por meio de Guia de Recolhimento ao da União, cuja receita foi destinada ao Tesouro Nacional.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	133.200.910,19	138.170.304,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.551,25	5.832,06
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.551,25	5.832,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	117,30	66,86
Juros e Encargos de Mora	117,30	66,86
Transferências e Delegações Recebidas	131.004.273,61	133.369.995,84
Transferências Intragovernamentais	130.998.255,29	132.506.442,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.018,32	863.553,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	362.195,49	202.885,07
Ganhos com Incorporação de Ativos	337.849,24	202.866,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	24.346,25	18,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.828.772,54	4.591.524,42
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.828.772,54	4.591.524,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	130.723.058,07	135.020.084,85
Pessoal e Encargos	85.732.411,88	86.521.706,20
Remuneração a Pessoal	71.367.685,31	72.289.047,78
Encargos Patronais	10.364.889,57	10.258.187,26
Benefícios a Pessoal	3.999.837,00	3.974.471,16
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.740.765,90	16.529.503,54
Aposentadorias e Reformas	16.882.867,33	15.057.745,06
Pensões	1.844.913,80	1.451.530,37
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.984,77	20.228,11
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.331.204,36	25.848.862,83
Uso de Materiais de Consumo	1.265.909,52	3.885.881,51
Serviços	16.773.254,35	18.361.048,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.292.040,49	3.601.932,53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13,52	10,50
Descontos Financeiros Concedidos	13,52	10,50
Transferências e Delegações Concedidas	2.043.793,30	4.976.919,73
Transferências Intragovernamentais	1.811.537,36	4.597.458,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	232.255,94	379.461,70
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	563.387,30	652.296,84
Desincorporação de Ativos	563.387,30	652.296,84
Tributárias	29.657,32	44.831,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.398,63	15.439,76
Contribuições	28.258,69	29.392,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	281.824,49	445.953,43
Premiações	6.400,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	275.424,49	445.953,43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.477.852,12	3.150.219,40

Fonte: Siafi 2019, transação condemncon, reproduzido com ajustes.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício (Lei nº 4.320/64, artigo 104).

O resultado patrimonial é obtido pela confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas:

	Valor R\$		
	2019	2018	Variação
Variações Patrimoniais Aumentativas	133.200.910,19	138.170.304,28	0,9640
Variações Patrimoniais Diminutivas	130.723.058,07	135.020.084,85	0,9682
Resultado Patrimonial do Período	2.477.852,12	3.150.219,40	0,7866

O resultado patrimonial do exercício financeiro, como se observa no quadro acima, foi superavitário na ordem de R\$ 2.477.852,12 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), sendo esta importância consignada no Balanço Patrimonial, na conta do Patrimônio Líquido, cujos resultados acumulados totalizam R\$ 54.445.368,52.

Conforme o quadro acima, no exercício financeiro de 2018, tanto as Variações Patrimoniais Aumentativas como as Diminutivas foram superiores, em valores nominais, cerca de 4% (quatro por cento) em relação ao exercício financeiro 2019, em virtude, predominantemente, de despesas com realização do pleito eleitoral.

No tocante aos gastos com pessoal, constata-se crescimento de cerca de 13% na rubrica de Aposentadorias e Pensões, impulsionado pelas aposentadorias que ocorreram no exercício:

Conta	2019	2018
Aposentadorias e Reformas	16.882.867,33	15.057.745,06
Pensões	1.844.913,80	1.451.530,37



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Especificação	2019	2018	Especificação	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	127.529.985,08	133.134.637,27
Ordinárias	-	-	Ordinárias	111.804.111,86	118.030.892,85
Vinculadas	-	-	Vinculadas	15.725.874,12	15.103.744,42
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	15.725.874,12	13.273.442,06
Recursos a Classificar	-	-	Outros Recusos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.830.302,36
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferência Recebidas	130.998.255,29	132.506.442,32	Transferências Financeiras Concedidas	1.811.537,36	4.597.458,03
Resultantes da Execução Orçamentária	125.474.232,36	127.466.692,18	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	125.474.232,36	127.466.692,18	Independentes da Execução Orçamentária	1.811.537,36	4.597.458,03
Independentes da Execução Orçamentária	5.524.022,93	5.059.750,14	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.811.537,36	4.597.458,03
Transferência Recebidas para Pagamento de RP	5.523.970,88	5.059.739,64	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	52,05	10,50	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	5.359.330,58	10.255.340,15	Pagamentos Extraorçamentários	5.940.129,89	5.357.763,44
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.341,48	655.182,01	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	641.244,57	556,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.436.207,92	4.826.207,92	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.208.401,56	5.284.828,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	99.904,64	166.121,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80.074,95	73.378,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.821.894,12	4.607.828,34	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.408,81	-
Ordens Bancárias Não Sacadas	-	10.380,81	Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento	10.380,81	-
Restituições a Pagar	-	28,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.380,81	-			
Arrecadação de Outra Unidade	1.811.485,31	4.597.419,53			
Demais Recebimentos	28,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	703.411,71	1.031.487,98	Saldo para o Exercício Seguinte	1.779.344,35	703.411,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	703.411,71	1.031.487,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.779.344,35	703.411,71
TOTAL	137.060.997,58	143.793.270,45	TOTAL	137.060.997,58	143.793.270,45

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Lei nº 4.320/64, artigo 103).



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

No TRE/MS as receitas orçamentárias são arrecadadas a favor do Tesouro Nacional. Dessa forma, os recursos financeiros destinados aos pagamentos dos compromissos assumidos pela Unidade Jurisdicionada provém integralmente do Tribunal Superior Eleitoral, por meio de sub-repasses e das transferências financeiras para pagamento dos restos a pagar.

O resultado financeiro é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios. Em 2019 houve superávit financeiro de R\$ 1.075.933,54, enquanto em 2018 houve déficit de R\$ 328.076,26 conforme demonstrado abaixo:

Ingressos	2019	2018
Transferências Financeiras Recebidas	130.998.255,29	132.506.442,32
Recebimentos Extraorçamentários	5.359.330,58	10.255.340,15
Total dos ingressos	136.357.585,87	142.761.782,47
Dispêndios	2019	2018
Despesas Orçamentárias	127.529.985,08	133.134.637,27
Transferências Financeiras Concedidas	1.811.537,36	4.597.458,03
Pagamentos Extraorçamentários	5.940.129,89	5.357.763,44
Total dos dispêndios	135.281.652,33	143.089.858,74
Resultado Financeiro	1.075.933,54	-328.076,27

Em 2019, comparado a 2018, houve redução do volume de recursos financeiros da ordem de 5%, como consequência os pagamentos também decresceram, porém em volumes percentuais um pouco inferior o que motivou o superávit financeiro apontado acima.

O maior volume financeiro em 2018 se deve ao fato de transferência financeiras para custear as eleições daquele ano.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.280.142,12	9.016.594,17
INGRESSOS	132.919.054,05	137.270.011,73
Receitas Originárias e Derivadas	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	132.919.054,05	137.270.011,73
Ingressos Extraorçamentários	98.904,64	166.121,88
Restituições a Pagar	-	28,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.380,81	-
Transferências Financeiras Recebidas	130.998.255,29	132.506.442,32
Arrecadação de Outra Unidade	1.811.485,31	4.597.419,53
Demais Recebimentos	28,00	-
DESEMBOLSOS	-124.638.911,93	-128.253.417,56
Pessoal e Demais Despesas	-112.402.278,28	-113.319.530,11
Judiciário	-93.688.811,18	-96.749.773,86
Previdência Social	-18.703.086,29	-16.580.137,06
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	-10.380,81	10.380,81
Transferências Concedidas	-10.344.993,34	-10.264.051,40
Intragovernamentais	-10.344.993,34	-10.264.051,40
Outros Desembolsos Operacionais	-1.891.640,31	-4.669.836,05
Dispêndios Extraorçamentários	-80.074,95	-72.378,02
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-28,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-1.811.537,36	-4.597.458,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.204.209,48	-9.344.670,44
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-7.204.209,48	-9.344.670,44
Aquisição de Ativos Não Circulante	-6.946.947,16	-7.703.083,19
Outros Desembolsos de Investimentos	-257.262,32	-1.641.587,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.075.932,64	-328.076,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	703.411,71	1.031.487,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.779.344,35	703.411,71

Fonte: Siafi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

O Demonstrativo de Fluxo de Caixas apresenta as entradas e saídas de caixas distribuídas em fluxos Operacional, de Investimentos e de Financiamento.

Dessa forma, os valores apresentados neste Demonstrativo foram comentados quando da análise do Balanço Financeiro, com a ressalva de que naquele demonstrativo as despesas orçamentárias foram extraídas das despesas empenhadas e neste das despesas pagas do Balanço Orçamentário.

O resultado da soma dos três fluxos (Ingressos – desembolsos) corresponde à diferença entre o saldo de Caixas e Equivalentes a Caixa do exercício anterior e do atual, no caso R\$ 1.075.932,64 que acrescido ao saldo anterior totaliza R\$ 1.779.344,35, valor este que constará no Balanço Patrimonial, no grupo do Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

Os ingressos são representados majoritariamente pelas transferências financeiras recebidas, as quais são destinadas principalmente para pagamento de pessoal.

Os fluxo de caixa das atividades de investimento recuou cerca de 30% em relação aos investimentos de 2018 em virtude, principalmente, pelas etapas de realizações da obra de construção do Depósito de Urnas e Almoxarifado. Em 2018 houve execução financeira de R\$ 3.100.000,00 e em 2019 foi pagos pouco mais de R\$ 1.000.000,00.

No tocante à Geração Líquida de Caixa, considerando que o TRE/MS não possui receitas próprias, seu resultado é influenciado pelos fluxos de pagamentos, principalmente pela programação financeira do mês de dezembro de cada ano, e as previsões de recebimentos (liquidação) dos bens e serviços.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – SEM COMPUTAR AS PROVISÕES RECEBIDAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2019						2018					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO NÃO UTILIZADO	RESTOS A PAGAR	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO NÃO UTILIZADO	RESTOS A PAGAR
	A	B	C	D	E = A - B	F = B - D	A	B	C	D	E = A - B	F
Pessoal e Encargos Sociais	102.641.257,00	99.845.923,18	99.068.747,41	99.068.747,41	2.795.333,82	777.175,77	94.102.710,00	92.443.417,94	92.433.417,94	92.427.669,97	1.659.292,06	15.747,97
Outras Despesas Correntes	20.725.213,00	20.511.409,03	19.807.529,80	19.805.188,32	213.803,97	706.220,71	20.183.789,00	19.769.924,75	18.087.907,19	18.073.969,75	413.864,25	1.695.955,00
Investimentos	5.681.433,00	5.672.380,91	3.856.948,58	3.856.948,58	9.052,09	1.815.432,33	7.456.028,00	7.455.429,42	5.221.681,62	5.114.194,83	598,58	2.341.234,59
TOTAL	129.047.903,00	126.029.713,12	122.733.225,79	122.730.884,31	3.018.189,88	3.298.828,81	121.742.527,00	119.668.772,11	115.743.006,75	115.615.834,55	2.073.754,89	4.052.937,56

Fonte: Siasi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – COMPUTANDO AS PROVISÕES RECEBIDAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2019						2018					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA + PROVISÕES	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO NÃO UTILIZADO	RESTOS A PAGAR	DOTAÇÃO ATUALIZADA + PROVISÕES	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO NÃO UTILIZADO	RESTOS A PAGAR
	A	B	C	D	E = A - B	F = B - D	A	B	C	D	E = A - B	F
Pessoal e Encargos Sociais	102.751.336,59	99.923.927,41	99.113.189,68	99.113.189,68	2.827.409,18	810.737,73	98.990.968,90	97.282.517,41	96.574.517,41	96.040.759,63	341.738,49	1.241.757,78
Outras Despesas Correntes	22.182.527,00	21.933.677,63	21.123.657,38	21.121.315,90	248.849,37	812.361,73	29.066.270,85	28.396.690,44	26.512.230,32	26.498.292,88	669.580,41	1.898.397,56
Investimentos	5.681.433,00	5.672.380,94	3.856.948,58	3.856.948,58	9.052,06	1.815.432,36	7.456.028,00	7.455.429,42	5.221.681,62	5.114.194,83	598,58	2.341.234,59
TOTAL	130.615.296,59	127.529.985,98	124.093.795,64	124.091.454,16	3.085.310,61	3.438.531,82	135.513.267,75	133.134.637,27	128.308.429,35	127.653.247,34	1.011.917,48	5.481.389,93

Fonte: Siasi 2019, transação condemcon, reproduzido com ajustes.



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

-Consoante dito alhures, o orçamento anual do TRE/MS é complementado por meio de transferências de recursos (provisões) efetuadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para realização de despesas com manutenções de urnas e gastos com biometria e, nos anos eleitorais, como foi em 2018, para o pleito. Excepcionalmente houve transferências para realização de eleições suplementares em 2018 no município de Caarapó e em 2019 para os municípios de Miranda e Japorã.

-Comparando os Balanços Orçamentários dos exercícios financeiros 2019-2018, **sem considerar as provisões recebidas**, constata-se aumento da dotação geral em 6%, saltando de R\$ 121 para R\$ 129 milhões. Em ambos exercícios foram empenhados cerca de 98% e pagos aproximadamente 95%, e 2% não foram utilizados.

- As despesas com pessoal evoluíram 7%, impulsionadas principalmente pela implantação da última parcela do reajuste na Gratificação Judiciária, previsto na Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 13.317/2016.

-Importante ressaltar que as despesas com pessoal, no TRE/MS, em 2019, representou 0,009196% da Receita Corrente Líquida, muito aquém do previsto no artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fixado em 0,016214%, conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal, 3º quadrimestre 2019.

- As despesas correntes cresceram cerca 3%.

-As despesas de Capital, em 2019, reduziram aproximadamente em 30%, principalmente em função da diminuição do volume de recursos empregados na construção do almoxarifado e depósito de urnas.

-Por outro lado, **considerando as provisões recebidas**, houve redução dos créditos em aproximadamente 4%, passando de R\$ 135 milhões em 2018 para R\$ 130 milhões em 2019.

- Nota-se que as despesas correntes que em 2019 representou 17%, em 2018 foi 21% do orçamento incluindo as provisões.

CONCLUSÃO

Considerando os resultados apresentados nas Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos prestados nas “Notas Explicativas”, acima expostas, e ainda, a ausência de ocorrências relevantes nas conformidades mensais, **é possível afirmar** que os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício financeiro 2019, refletem adequada



Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Seção de Análise Contábil

e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS, 31 de janeiro de 2020.

ANGELO CANHETE RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO
MATRÍCULA 08041949 – CRC MS-008162/O-8
CHEFE DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL